



ABDER

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DOS DEPARTAMENTOS ESTADUAIS
DE ESTRADAS DE RODAGEM

NOTÍCIAS
www.abder.org.br

Gerenciando as faixas de domínio

A cobrança pelo uso das faixas de domínio, juridicamente, constitui tarifa ou taxa? Há necessidade de se licitar ou não a publicidade nas faixas de domínio? É possível cobrar pela publicidade fora da faixa de domínio (direito de arena)? Pode-se terceirizar os mecanismos de fiscalização das faixas de domínio? É necessário que os órgãos rodoviários estaduais criem setores específicos para gerenciamento das faixas? É legal cobrar por acessos que utilizem áreas das faixas de domínio?

Essas foram as principais questões discutidas pelo Grupo Técnico Fontes de Receita da ABDER, que realizou sua XI reunião, nos dias 25 e 26 de maio, na sede da Associação em Brasília, com a pauta, preponderantemente, voltada à discussão sobre receitas pelo uso remunerado das faixas de domínio e outras fontes de recursos. (página central)



Grupo de Segurança Rodoviária finaliza PNSV

O Grupo de Segurança Rodoviária concluiu o Plano Nacional de Segurança Viária, em sua XI reunião, realizada nos dias 29 e 30 de julho, em Brasília. O PNSV será apresentado ao DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito) como sugestão da ABDER a ser incorporada à Política Nacional de Trânsito (PNT).

Participaram da reunião representantes de seis órgãos rodoviários estaduais: João Franchi Filho – DER/MG (coordenador), Weber Diniz – AGETOP/GO, Carlos Alberto Gomes de Mendonça – DER/AL, Fábio Muniz de Freitas – DER/ES, Márcio Tassinari Stumpf – DAER/RS e Juliana Soares das Neves – DER/DF. (foto ao lado)

O ABDER Notícias entrevistou João Franchi logo após a reunião.

Na edição passada, noticiamos que o PNSV seria apresentado ao DENATRAN. Isso foi feito?

Vai ser feito agora que a versão definitiva está pronta. A ata com o PNSV terminado na última reunião foi encaminhado à diretoria da ABDER mas ainda não para o DENATRAN, isso vai ser feito agora que já retocamos o texto e também estamos fazendo uma ordenação de todas as metas adequando-as às cinco macro diretrizes gerais da política nacional de trânsito, para ficar alguma coisa mais lógica tirando algumas repetições e adequando a redação de alguns itens das metas.

A reunião debateu algumas metas para 2020, o que nos diz sobre elas?

Tínhamos metas para 2014, porém, estabelecemos metas novas para 2020 para substituir aquelas que achamos que serão cumpridas até 2014. Para 2020, algumas metas já têm números, como por exemplo, reduzir para menos de 15% a taxa de veículos não licenciados por inadimplência de IPVA e multas. As metas finalizadas nesse PNSV, elaboradas e finalizadas nessa reunião, também serão colocadas no



site da ABDER (www.abder.org.br) e estarão disponíveis a todos que o acessarem.

Há alguma novidade para implantação do BAT (Boletim de Acidentes de Trânsito)?

Não, porque o BAT quem tem que implantar é o DENATRAN. Eles é que têm que estudar e implantar o BAT, chamado de BO, Boletim de Ocorrências, nacional. Nós estamos sugerindo a sua implantação, pela importância, assim como o Renavam tem, mas eles é que teriam que estudar, levar para a câmara temática deles, discutir e implantar isso, pois é uma decisão a nível nacional. Cada estado tem o seu BAT com seus BO. A polícia militar tem um, a rodoviária tem outro. A polícia militar fala em Boletim de Ocorrências, a Rodoviária fala em Boletim de Acidente de Trânsito. Então, para se ter uma visão global da situação, teríamos que criar

um BAT que englobasse todas as informações, unificando-as a nível nacional. Seria muito importante e útil. Por isso é que essa questão foi levantada na reunião anterior.

Há algo mais que gostaria de comentar?

A ABDER estará encaminhando cópias desse nosso PNSV ao Denatran e a todos os órgãos e entidades afins. Lemos notícias que a opinião pública ficou aterrorizada, com o soterramento de 200 pessoas em Niterói (RJ) em consequência do volume excessivo de chuvas e o deslizamento de encostas. No trânsito, 200 ou mais pessoas morrem a cada dois dias, vítimas de acidentes. Segundo o Ministério da Saúde, são cerca de 37 mil vítimas fatais todos os anos e cerca de 120 mil feridos internados em nossos hospitais. O objetivo primordial do nosso trabalho é mudar essa triste realidade.

Gerenciando as faixas de domínio

A missão dos Grupos Técnicos



A Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem – ABDER, desde a sua criação, em agosto de 1977, tem como missão preponderante trabalhar como entidade difusora de conhecimento técnico e científico para melhorar os serviços prestados pelos órgãos rodoviários estaduais à comunidade.

Com efeito, as cinco finalidades da entidade constantes em seu estatuto são:

I - Congregar os Departamentos de Estradas de Rodagem Estaduais e do Distrito Federal, visando promover estudos e encontrar melhor solução para os problemas administrativos, técnicos e científicos que lhes são inerentes;

II - Representar os Departamentos junto a órgãos federais, entidades congêneres nacionais e internacionais, organismos internacionais ou outros que possuam atividades correlatas;

III - Coligir, tratar, arquivar e divulgar dados e elementos informativos de interesse dos órgãos rodoviários estaduais;

IV - Patrocinar cursos, palestras, seminários, transferência de tecnologia, entre outros eventos, de interesse dos órgãos rodoviários estaduais, bem como estimular o intercâmbio de conhecimento e de informações;

V - Estimular a realização de pesquisas e estudos rodoviários em colaboração com institutos, Universidades e outras entidades.

A partir 1983, a ABDER passou a promover encontros técnicos para conservação e restauração de rodovias com funcionários de diferentes órgãos rodoviários estaduais. Esses encontros se tornaram freqüentes e terminaram por formar Comitês Técnicos. Mais tarde, outros assuntos se tornaram objeto de estudos, os comitês se diversificaram e surgiram os Grupos Técnicos.

Atualmente existem seis Grupos Técnicos em atividade no âmbito da ABDER, aos quais denominamos: 1) Grupo Autorização Especial de Trânsito; 2) Grupo Custos Rodoviários; 3) Grupo Fontes de Receitas – antigo Grupo Faixas de Domínio; 4) Grupo Segurança Rodoviária; 5) Grupo Tecnologia da Informação; 6) Grupo Transporte Intermunicipal de Passageiros.

Em maio passado, os grupos Fontes de Receita e Tecnologia da Informação tiveram reuniões em Brasília. O Grupo Segurança Rodoviária promoveu sua reunião em julho. Em todos os encontros foram tratados temas de extremo interesse para sociedade brasileira, tanto que esta edição do ABDER Notícias é toda voltada à cobertura desses grupos. Porém, em todos eles registrou-se a baixa freqüência de representantes dos órgãos rodoviários estaduais.

Para incrementar a participação nos grupos técnicos, o estatuto da ABDER prevê que os associados indiquem representantes para integrar esses comitês. Uma das maiores contribuições que a Associação pode oferecer à sociedade é justamente a de buscar soluções técnicas para os grandes desafios que se antepõem ao desenvolvimento do país. Nesse sentido, os trabalhos dos grupos técnicos são fundamentais. É importante lembrar que muitos problemas enfrentados pelo Brasil hoje exigem soluções, eminentemente, técnicas.

Engenheiro Romualdo Theophanes de França Júnior
Presidente do DEINFRA/SC e Presidente da ABDER

O Grupo Fontes de Receita se reuniu nos dias 25 e 26 de maio, na ABDER, onde teve a participação de representantes de quatro órgãos rodoviários estaduais: Adão Marcos França DEINFRA/SC, Frederico Galindo de Góes DER/SE, Lauro de Oliveira, Carlos Geraldo Caixeta e Vilton Gonzaga DER/DF, Reinaldo Barbosa Miranda DER/MG. (foto ao lado).

O representante do DER/MG, Reinaldo Barbosa Miranda, explicou que o uso das faixas de domínio da malha viária mineira – composta por cerca de 30 mil km – é regido por lei estadual, já tendo atingido uma arrecadação de aproximadamente R\$ 46,3 milhões em 2010, sendo R\$ 17,6 milhões pelas ocupações longitudinais, R\$ 28,4 milhões pelas transversais, R\$ 141 mil pelas pontuais e R\$ 195 mil pelas de publicidade, não se cobrando pelos acessos, exceto quanto à análise dos seus projetos, nem pelas ocupações por quiosques, que, por sua vez, não são permitidos.

Miranda informou que a cobrança é feita pela Secretaria de Estado da Fazenda e que os inadimplentes são inscritos na respectiva Dívida Ativa. Acrescentou que em 2006, por meio de decreto, foram alterados os preços para a cobrança sobre as ocupações de publicidade, e que outro Decreto passou a dispor sobre a obrigatoriedade de o DER/MG arcar com

os custos de remanejamento de ocupações de faixa de domínio. Concluiu informando que o DER/MG possui convênio com o Ministério Público, que por sua vez, tem contribuído com a fiscalização das faixas de domínio.

Os representantes do DER/DF, Lauro de Oliveira, Carlos Geraldo Caixeta e Vilton Gonzaga, informaram que o Distrito Federal já possui projeto de lei para regulamentar o uso remunerado das faixas de domínio, porém, ainda hoje são utilizadas normas federais para efetivar as cobranças, que, de acordo com estudo realizado, poderiam chegar a algo em torno de R\$ 30 milhões por ano. Segundo eles, o DER/DF possui um sistema computacional de controle e já conta com estudos para contratação de empresa para gerenciamento da cobrança pelo uso das faixas de domínio.

O representante do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA de Santa Catarina, Sr. Adão Marcos França, afirmou também possuir um sistema e que, com base nele, tem feito o levantamento das faixas de domínio existentes e dos elementos que as ocupam.

Já o representante do DER/SE, Frederico Galindo de Góes, falou que o DER sergipano elaborou, com base em experiências de outros órgãos rodoviários estaduais debatidas no GT Fonte de



Receita, anteprojeto de lei que foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe como a Lei Estadual nº 6.425, de 20 de junho de 2008, regulamentando a delimitação e o uso, inclusive remunerado, das faixas de domínio das rodovias estaduais e rodovias federais delegadas ao Estado. Desde a aprovação da nova legislação, o valor cobrado pelo DER/SE para as ocupações longitudinais tem sido apurado por meio da mesma fórmula aprovada pelo Conselho de Administração do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT, e que, até a presente data, o único Termo de Permissão de

Uso nos moldes da nova legislação e com a referida cobrança fora firmado com Telemar Norte Leste S/A, empresa concessionária do serviço de telefonia. Afirmou que apesar de estarem sendo celebrados pelo DER/SE outros Termos de Permissão de Uso, por se tratarem de ocupações transversais, o Departamento não tem efetuado a cobrança, haja vista ainda não ter definido o critério específico para apuração do preço público para tais modalidades de ocupação.

O próximo encontro do GT Fontes de Receita está previsto para os dias 16 e 17 de setembro.

ABDER Notícias entrevista Adão Marcos França – DEINFRA/SC, coordenador do GT Fontes de Receita

Já existe um norma ou procedimento padrão para os estados regulamentarem o uso das faixas de domínio?

Não, o estudo técnico apenas apresenta sugestões mas não se busca exatamente padronizar. O objetivo principal é subsidiar os estados para que eles possam fazer a administração das faixas de domínio e também obter receitas do uso dessas faixas de domínio.

Qual é a situação atual do uso, controle e arrecadação das faixas de domínio nos estados?

Bem... o grupo ficou um bom tempo parado e agora está retomando suas atividades. Portanto está sendo solicitado a todos os participantes que na próxima reunião tragam os diagnósticos de seus respectivos estados, inclusive apresentando valores.

Além das faixas de domínio,



quais são as outras fontes de receita dos órgãos rodoviários estaduais?

Nós estamos, no momento, trabalhando só com as faixas de domínio, mas além disso temos também outras fontes de receita oriundas de multas de velocidade, controle de pesagem, uso do espaço para propaganda entre outras. Mas hoje estamos

focando exclusivamente as fontes de receita das faixas de domínio.

E porque esse foco só em faixas de domínio?

Primeiro devido à complexidade dos demais. Quando se envolve o setor de multas, teríamos que ter toda uma estrutura preparada por técnicos que envolvesse esse conjunto. Originalmente esse grupo foi criado como Grupo de Faixas de Domínio, posteriormente foi alterado para Fontes de Receita com o objetivo de englobar outras fontes de receita e também envolver outros setores dos DERs, que, por exemplo, envolve essa questão das multas e pesagem.

Ainda há polêmica sobre gestão das faixas de domínio, se as normas a serem seguidas são do estado ou do DNIT?

O que já está definido agora é que tem que se estabelecer os limites de responsabilidade entre o estado e o município, principalmente aqui no Distrito Federal, onde existe também uma sobreposição de outras entidades.

Existe um manual de procedimento na administração de faixas de domínio publicado pelo DNIT, ele está sendo aplicado nos estados?

Cada estado faz sua própria norma de acordo com suas especificidades.

Não existe conflito entre o manual do DNIT e as normas particulares dos estados?

Esse assunto já foi discutido ontem, na reunião. Temos casos em que nas proximidades de uma rodovia federal tem um tratamento e no outro estado já é feito de uma outra maneira, mas é dado essa autonomia. Cada órgão rodoviário tem sua própria normatização de acordo com suas condições. Você não pode, hoje, padronizar, mesmo porque pelas dimensões do país, aquilo que você trabalha no Sul do país é um pouco diferente do Nordeste, do Centro-Oeste e na região Sudeste, mais especificamente no estado de São Paulo, que difere das demais situações.

Tecnologia para órgãos rodoviários



O Grupo de Tecnologia da Informação da ABDER, que se reuniu em Brasília na última semana de maio, promoveu palestras com representantes de duas empresas que desenvolvem tecnologia de ponta voltada para gestão e gerenciamento de investimentos em infraestrutura: a Softplan/Poligraph e a 3COM.

Participaram da reunião representantes de quatro órgãos rodoviários estaduais e duas empresas de tecnologia da informação: Marcelo Naves/3Com, Giovanni Dalla Costa /Softplan-Poligraph, Carlos Alberto/DF - Alisson Costa Lima /DF, Reinaldo B. Almeida/BA, Marcelo Simão Bechelany /MG, coordenador Paulo Roberto Lucas Vianna /GO. (foto acima)

A Softplan/Poligraph apresentou soluções para sistemas interativos de serviços governamentais via internet, conhecidos como e-gov, e o módulo aplicativo que permite a disponibilização de imagens georreferenciadas por satélite na internet, denominado Sig@livre Sustentável.

Já a 3COM apresentou produtos de alta tecnologia para instalação de rede wireless, tendo em vista a necessidade de os órgãos rodoviários estaduais transformarem antigas redes cabeadas em rede sem fio. Atualmente as redes wireless podem ser extremamente seguras e como não precisam de tubulações ou qualquer tipo de obra de alvenaria, possuem baixo custo de instalação.

O representante da Softplan/Poligraph, Giovanni Dalla Costa, assinalou, entre as vantagens do sistema do e-gov, maior celeridade na tramitação de processos em relação ao sistema analógico tradicional e economia no transporte de dados e informações. Ele também salientou o aumento da produtividade dos servidores públicos, o que leva a redução das despesas com pessoal.

Ao discorrer sobre o georreferenciamento, Giovanni Dalla Costa frisou que ele pode ser empregado para apoiar a gestão de processos de desapropriação para construção ou melhoria de infraestrutura de transportes, como rodovias, obras de arte especiais, ferrovias e portos.

"[O georreferenciamento] pode ser aplicado no mapeamento remoto para identificar os elementos constituintes das faixas de domínio e das rodovias propriamente ditas, de forma a coibir ocupações irregulares e contribuir para a segurança do trânsito. Outro uso viável pode ser o apoio ao dimensionamento de áreas nas quais devem ser executadas ações para a mitigação de impactos ambientais e recuperação de passivos ambientais provenientes de obras de engenharia", afirmou Dalla Costa.

O representante da 3COM, Marcelo Naves, apresentou a linha de produtos H3C para redes sem fio como switches e roteadores para aplicação em sistemas de médio e grande porte. A 3COM tem três marcas globais — H3C, 3COM e TippingPoint — que oferecem soluções de alta performance em networking e segurança para empresas e órgãos públicos de todos os portes. Dentre os vários produtos da empresa, Marcelo Naves destacou o IMC, que garante o gerenciamento completo de redes, proporcionando gestão em um painel único, mesmo sendo uma rede heterogênea, incluindo equipamentos não-3COM/H3C. O IMC pode ser implantado em vários servidores e reduz efetivamente os custos de administração de rede.

O que vai pelos DERs

DER-CE

Horto em Juazeiro do Norte

O governo cearense acaba de restaurar 3,6 km da CE 517, no trecho do entrocamento da CE 060 até o Horto em Juazeiro do Norte, facilitando o acesso de turistas e fiéis à estátua de Padre Cícero no local. Nos últimos quatro anos, foram concluídos 1.099,87 km de obras rodoviárias pelo governo do Ceará, dos quais 304,27 km de pavimentação e 795,60 km de serviços de restauração. Os investimentos já atingem mais de R\$943,6 milhões beneficiando todas as regiões do estado. As obras em licitação para a restauração e pavimentação de rodovias somam outros R\$387,5 milhões.

DER-SP

R\$ 38,5 milhões na SP-274

O DER-SP investiu R\$ 38,5 milhões na recuperação de 17,35 quilômetros da rodovia engenheiro Renê Benedito Silva, SP-274. As obras foram concluídas em junho. Desde 2007, o governo paulista vem investido fortemente em recuperação e melhorias de estradas estaduais. Apenas na Grande São Paulo, desde 2007, o governo estadual investiu cerca de R\$ 450 milhões

em rodovias. Além dos investimentos diretos do Estado, a região de Itapevi foi beneficiada pelo programa de concessão que garantiu a construção do Complexo Cebolão na rodovia Castello Branco, melhorando os trevos de Itapevi e Jandira. O investimento total da obra que beneficia mais de 2,5 milhões de pessoas foi de R\$ 242 milhões.

DER-PR

Conservação em Terra Roxa

O DER-PR finalizou os serviços de conservação de pavimento nos 9,5 quilômetros da via que corta o município de Terra Roxa à BR-272, no Oeste do Paraná. Foram investidos R\$ 1,5 milhão para melhorar a condição da rodovia e evitar a degradação do pavimento. O diretor-geral do DER, Milton Podolak Junior, explicou que esses serviços integram o Programa de Conservação Total.

DER-RJ

Obras na RJ-168 e RJ-162

O DER-RJ executou 40% das obras de restauração, recapeamento e implantação de acostamentos nas rodovias estaduais RJ-168 e RJ-162, na região serrana de Macaé. Os

trabalhos tiveram início em agosto de 2009. O trecho da obra liga a BR-101 à cidade de Glicério, numa extensão de 29 km, está orçada em R\$ 31 milhões, e o prazo para o seu término é em dezembro de 2010. Atualmente o DER conta com 150 funcionários trabalhando no local.

DERBA-BA

Leilão do Sistema BA-093

O diretor-geral do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), Berchris Requião, homologou, 13/07, o parecer técnico que classificou o Consórcio Invepar-Odebrecht como o vencedor do leilão público realizado em maio, na Bolsa de Valores de São Paulo, para assumir em contrato de concessão as rodovias que formam o Sistema BA-093 (BAs 093, 512, 521, 524, 526 e 535), totalizando 121,45 km, na Região Metropolitana de Salvador. O consórcio Invepar-Odebrecht venceu o leilão para operação do Sistema de Rodovias BA-093, com o preço de pedágio de R\$ 2,319, o que representa deságio de 30,77% do valor inicial do edital, que era de R\$ 3,35. Agora, a empresa vai recuperar, duplicar e manter o conjunto de rodovias. A concessionária ficará responsável pela administração das seis trechos rodoviários por um período de 25 anos, devendo investir cerca de R\$ 805 milhões para execução de todas as intervenções previstas no edital.

Informações georreferenciadas na WEB



Dentre as inovações tecnológicas mais recentes desenvolvidas pela Softplan/Poligraph destaca-se o GEO, que possibilita a manipulação e a análise de dados geográficos por meio da Internet.

Com uma interface intuitiva e de fácil operação, além de backgrounds com imagens de áreas georreferenciadas, o módulo permite a criação e edição de elementos vetoriais (linhas, pontos ou polígonos), representando objetos e fenômenos nos quais a localização geográfica é uma característica indispensável para tratá-los (áreas para desapropriação, ocupações na faixa de domínio, obras de arte especiais e elementos rodoviários, por exemplo).

Operando de maneira integrada aos demais sistemas da solução SIDER, o GEO possibilita ainda a elaboração de consultas e mapas temáticos, utilizando múltiplas camadas de informação de origens distintas (contratos de obras e manutenção rodoviária, estado e localização das obras de arte especiais, elementos rodoviários, trechos críticos de rodovias, serviços programados e realizados, condições de trafegabilidade, entre outros).

O GEO oferece suporte às necessidades de georreferenciamento para o gerenciamento da manutenção, segurança e operação rodoviárias. Mais uma solução SIDER pela modernização da gestão da infraestrutura de transportes nas instituições públicas.



(48) 3027 8000 www.softplan.com.br

Presidente: Eng^o Romualdo T. de França Júnior DEINFRA/SC

Vice-Presidentes: Norte- Eng^o Cândido José C. F. Araújo Filho SETRAN/PA - **Nordeste-** Eng^o Alberto Gordilho Filho DERBA - **Sudeste-** Eng^o José Elcio S. Monteze DER/MG - **Sul -** Eng^o Vicente Paulo M. de Brito Pereira DAER/RS - **Centro-Oeste -** Eng^o José Américo de Sousa AGETOP/GO - **Dir. Planejamento:** Econ. Marco Antônio Cavalcante Vital / **Dir. Operações:** Eng^o Raimundo Josino Pontes / **Dir. Apoio:** Eng^o Rubens Cahin / **Programas Especiais:** Eng^o José de Arimatéa Fernandes/ **Secretária Geral:** Eng^a Vânia Torquato Sobrado / **Superintendente Exec.** Eng^o Júlio Xavier Rangel

■ **Jornalista Responsável**
■ Joaquim Nogales
■ Mtb 4871 DF
■ **Edição e Projeto Gráfico:**
■ Silvío Ferigato - (61) 3381.7552
■ Comunicaredit@uol.com.br